

# Do título ao discurso: uma análise introdutória à obra *Essa Gente*, de Chico Buarque

*From title to discourse: an introductory analysis of the book 'Essa Gente' by Chico Buarque*

*Del título al discurso: un análisis introductorio del libro 'Essa Gente' de Chico Buarque*

## RESUMO

Este artigo busca compreender o título “Essa gente” da obra de Chico Buarque como uma forma de acesso à discursividade da narrativa. Objetiva-se empreender uma análise do uso do demonstrativo anafórico *essa* (Cunha; Lindley, 2017), bem como o substantivo *gente* antes mesmo de podermos entender quem seria a *gente* mencionada. Apostamos na percepção de que tal combinação lexical indica o grupo social sobre o qual a narrativa versa, engendrando uma chave de entrada ao discurso por ela performado. Soa crível supor que o título alude à *gente* em oposição à posição político-ideológica de Chico e, por consequência, de sua produção artístico-literária. Metodologicamente, a pesquisa utiliza como dispositivo teórico a análise materialista do discurso, especificamente as postulações de Michel Pêcheux (1990; 2014). Mobilizamos os conceitos de formação discursiva (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007), formação ideológica, pré-construído, efeito de evidência (Pêcheux, 2014) e conotação autonímica (Authier-Revuz, 2013). Como resultado, entendemos que o título materializa uma referência discursiva ao sujeito já-ali que é interpelado por uma formação ideológica categorizada como reacionária.

Palavras-chave: *Essa gente*; análise discursiva; formação discursiva; formação ideológica; reacionarismo; Chico Buarque.



Recebido em: 13 de novembro de 2023  
Aceito em: 3 de junho de 2024  
DOI: 10.26512/les.v25i1.51560

# CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

*Papers on Language and Society*

**Luís Fernando Bulhões Figueira**

[luisfernandobf@gmail.com](mailto:luisfernandobf@gmail.com)

<https://orcid.org/0009-0002-8730-9264>

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes),  
Vitória, ES, Brasil

**Vitor Siqueira Macieira**

[vitorsmacieira@gmail.com](mailto:vitorsmacieira@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-0748-4987>

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes),  
Vitória, ES, Brasil

# ARTIGO

## ABSTRACT

This article seeks to understand the title "Essa gente" from Chico Buarque's work as a form of access to the discursiveness of the narrative. The objective is to undertake an analysis of the use of the anaphoric demonstrative "essa" (Cunha; Lindley, 2017), as well as the noun "gente" even before we can understand who the mentioned "gente" would be. We rely on the perception that such lexical combination indicates the social group about which the narrative revolves, generating a key to the discourse performed by it. It seems plausible to assume that the title alludes to "gente" in opposition to Chico's political-ideological position and, consequently, to his artistic-literary production. Methodologically, the research uses as a theoretical device the materialist analysis of discourse, specifically the postulations of Michel Pêcheux (1990; 2014). We mobilize the concepts of discursive formation (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007), ideological formation, pre-constructed, effect of evidence (Pêcheux, 2014), and autonymic connotation (Authier-Revuz, 2013). As a result, we understand that the title materializes a discursive reference to the subject already there, who is addressed by an ideological formation categorized as reactionary.

Keywords: Essa gente; discursive analysis; discursive formation; ideological formation; reactionarism; Chico Buarque.

## RESUMEN

Este artículo busca comprender el título "Essa gente" de la obra de Chico Buarque como una forma de acceso a la discursividad de la narrativa. El objetivo es emprender un análisis del uso del demostrativo anafórico "essa" (Cunha; Lindley, 2017), así como del sustantivo "gente", incluso antes de que podamos entender quién sería la mencionada "gente". Nos basamos en la percepción de que dicha combinación léxica indica el grupo social sobre el cual gira la narrativa, generando una clave del discurso realizado por éste. Parece plausible suponer que el título alude a "gente" en oposición a la posición político-ideológica de Chico y, en consecuencia, a su producción artístico-literaria. Metodológicamente, la investigación utiliza como dispositivo teórico el análisis materialista del discurso, específicamente los postulados de Michel Pêcheux (1990; 2014). Movilizamos los conceptos de formación discursiva (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007), formación ideológica, preconstruida, efecto de evidencia (Pêcheux, 2014) y connotación autonímica (Authier-Revuz, 2013). Como resultado, entendemos que el título materializa una referencia discursiva al sujeto ya presente, a quien aborda una formación ideológica catalogada como reaccionaria.

Palabras clave: Esa gente; análisis discursivo; formación discursiva; formación ideológica; reaccionarismo; Chico Buarque.

**Como citar:**

FIGUEIRA, Luís Fernando Bulhões; MACIEIRA, Vitor Siqueira. Do título ao discurso: uma análise introdutória à obra "Essa Gente", de Chico Buarque. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 64-82, jan./jun. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

**Direito autoral:**

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).



## 1. À GUISA DE COMEÇAR

Nesses últimos anos, foi possível acompanhar o crescimento contínuo e sistemático de medidas de repressão ao pensamento progressista – a exemplo do aparecimento de projetos políticos interessados no suposto combate à ideologia em sala de aula, tal como alardeado pelo conhecido escola sem partido (Chagas; Souza, 2018) –, de desmonte da presença pública em prol de um discurso liberal a serviço dos interesses dominantes e de apoio ao extremismo, especialmente aquele associado ao combate aos direitos das minorias sociais. Não à toa, a arte foi alvo de críticas quanto ao seu papel por vezes libertador e instigante do pensamento engajado.

A literatura tal qual demais formas de manifestações culturais, passa a ser entendida, conforme Antonio Candido (2011), como uma ferramenta de análise da sociedade em que se manifesta, revelando seus processos sociopolíticos e, com eles, as marcas do contexto no texto, do dizer no dito.

Distintas materializações artísticas surgiram na expectativa de dizer tal desconforto, evidenciando – seja por meio de narrativas, seja por meio de versos, performances, canções – a cisão ética do momento histórico vigente, que tem na operação Lava Jato e na prisão política do então ex-presidente Lula os emblemas de uma suposta onda de moralidade que tomou as ruas e o debate público, enquanto promovia, de fato, o desmonte dos serviços públicos liderados por uma política fiscalista neoliberal e, obviamente, pela pauta moralista e de costumes, conforme salienta Bastos (2017).

Num país como o Brasil, cujas marcas de um processo colonizatório e escravocrata edificaram dinâmicas sociais pautadas por desigualdades complexas e históricas (FREYRE, 2001), a normalidade assumida diante da falta de ética vai ao encontro dos anseios de uma parte da classe média e alta beneficiada por esse processo histórico, agora defensora de valores morais retrógrados e imbuídos de preconceito, tal como destaca Possenti (2019, p. 127): “[...] homem é homem, mulher é mulher; bandido é bandido (o bom é o morto); todos têm direito de se defender / de ter uma arma, sem considerar o emaranhado da legislação (que não vale para os simples)”.

A esse respeito, apontamos para a obra *Essa gente* (2019), do escritor carioca Chico Buarque. No que se refere ao livro, o escritor Manuel Duarte, que assume em parte a narração do romance, autor do best-seller “O Eunuco do Paço Real” e protagonista, encontra-se numa crise de produção, às voltas com a penúria financeira e a decadência artística. A cada página, o leitor desbrava os preâmbulos de uma vida tumultuada, ilustrada pela dificuldade de Duarte em dialogar com um filho pré-adolescente e os enlaces afetivos com suas duas ex-mulheres.

## 1.1 Do que se fala

Neste artigo partimos de um questionamento introdutório à leitura: o uso do pronome demonstrativo *essa* e o substantivo *gente*, que dão nome ao romance.

Antes de prosseguirmos ao detalhamento de tal pergunta, é válido trazermos à baila gramáticos e parte de suas postulações acerca de elementos anafóricos:

Os pronomes demonstrativos situam a pessoa ou a coisa designada relativamente às pessoas gramaticais. Podem situá-la no espaço [...]. A capacidade de mostrar um objeto sem nomeá-lo, a chamada FUNÇÃO DEÍCTICA [...] é a que caracteriza fundamentalmente esta classe de pronomes. Mas os demonstrativos empregam-se também para lembrar ao ouvinte ou ao leitor o que já foi mencionado ou o que se vai mencionar [...]. É a sua FUNÇÃO ANAFÓRICA (do grego *anaphorikós* = que faz lembrar, que traz à memória) (CUNHA; LINDLEY, 2017, p. 342, destaques dos autores).

Observemos o modo como Cunha e Cintra especificam o uso do demonstrativo anafórico como aquele “que traz à memória”. Analogamente, Borba e Ignácio (2002), em *Dicionário de usos do português do Brasil*, em relação ao demonstrativo, expõem:

4. refere-se a pessoa ou coisa distante ou desconhecida: *Quem teria sido esse misterioso ‘bispo vermelho’?* (ACM); [...] 8. Usado para chamar a atenção sobre o nome anterior: *Meu pai! Meu pai, esse vivia fechado no meu coração, sozinho* (MMM); 9. (*Deprec*) aponta ou refere-se a pessoa próxima ao falante ou ao ouvinte: - *Eu não meti a espora. Não é, meu bem?* / - *Não fala comigo!* / - *Mas essa aí tá mais nervosa que fato em dia de faxina.* / - *Ela tem um problema de carência afetiva* (ANB); [...] 11. aquilo a que o falante se refere: - *Essa é minha amiga, não posso consentir que você liquide com ela!* (Borba; Ignácio, 2002, p. 629 e 630, grifo dos autores).

As quatro acepções aproximam-se da ideia anafórica visto que remetem ao ato de “fazer lembrar”, concordando com as observações dos gramáticos. Ora, se algo vem à memória, nós, analistas do discurso, questionamos: uma vez ali, na lembrança, como a discursividade se associou a esse já-dito mesmo *ainda não dito*? Isto é, sendo *Essa gente* um título à obra *ainda não lida*, como poderia um elemento anafórico ter sido usado para nomeá-la?

Mais do que isso. A junção entre o demonstrativo *essa* e o substantivo *gente* possibilitaria um entendimento generalizado? Dialogamos outra vez mais com Borba e Ignácio, no que se refere ao substantivo *gente*:

1. exemplar da humanidade; ser humano: Este é negócio para gente sensível (ANB); [...] 6. povo; população: São Paulo [...] merecia um suplemento que falasse das suas coisas e da sua gente (VEJ); 7. conjunto de pessoas que têm algo em comum: Mas a surpresa de encontrar gente latina foi uma festa (BH); isso são palavras que gente fina não usa (TRH) (Borba; Ignácio, 2002, p. 711).

As definições vão ao encontro da ideia de que se define um grupo, muito embora não haja a especificação dos integrantes dele. Para nós, a junção entre as duas palavras gera um efeito de familiaridade, como se já soubéssemos a quem se refere o título. O demonstrativo, pelo fato de retomar, e o substantivo em função de encaminhar o entendimento de serem pessoas “comuns” ao estrato no qual estão implicados. Nesse ponto, Chico parece enlaçar, antes de adentrarmos os meandros narrativos, a história a uma gente nacional – indefinida, de primeiro, mas já-ali.

O discurso, portanto, possibilitaria evocar determinados efeitos de sentido, os quais, segundo a nossa aposta, falariam das condições de produção nas quais está inserida a narrativa buarqueana cotidiana.

## 1.2 Como se fala

Propõe-se a leitura sob a perspectiva da análise francesa do discurso – doravante AD -, a qual se valerá das posições epistemológicas da teoria discursiva de Michel Pêcheux. Partiremos da análise de trechos selecionados do livro, os quais serão lidos à luz de determinadas categorias discursivas, a saber: formação discursiva (FD), formação ideológica (FI), pré-construído, efeito de evidência e efeito de conotação autonímica.

Muito embora tenhamos optado por restringir pontos de estudo, é preciso salientar que não propomos, com isso, decifrar os sentidos como elementos transparentes ao próprio discurso. Pelo contrário, debruçamo-nos sobre o material numa tentativa de identificar o processo de produção dentro de uma determinada condição sócio-histórica, pois

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc. não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (Pêcheux, 2014, p. 160).

Em função do embate de posições ideológicas presentes no processo sócio-histórico, o *corpus* não será dado como estanque, e sim uma materialidade opaca, revelando-se através dos efeitos gerados e suas filiações a determinadas formações discursivas e ideológicas. Isso se dá pelo recorte epistemológico da AD, fazendo com que, nas palavras de Figueira (2022, p. 91-92), as materialidades discursivas sejam “compreendidas como elementos marcados pela incompletude, pela equivocidade, pela heterogeneidade, em suma, pelo caráter de acontecimento que coloca como pressuposto inalienável a imprevisibilidade dos efeitos de sentido que podem emergir das/nas discursividades”.

Orlandi (2015), sobre a multiplicidade de leitura do *corpus*, aponta para a mesma multiplicidade de dispositivos analíticos capazes de serem contingenciados pelo analista, muito embora o dispositivo teórico seja o mesmo. Ao esmiuçar os efeitos de sentido, cada pesquisador deverá recorrer a distintos métodos, posto que

cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões. Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais (Orlandi, 2015, p. 27).

Essa variedade faz com que os recortes apresentados sejam pensados conforme o problema de pesquisa é interposto ao material discursivo. Ainda de acordo com Orlandi (2015, p. 27), “o que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise”. Ou seja, à medida que se coteja o problema com o próprio discurso, interpelam-se os efeitos por ele gerados, apresentando reflexões ora imaginadas ora inesperadas. Espera-se superar uma mera tentativa de decodificação da materialidade discursiva; interessa-nos, portanto e em concordância com Figueira (2022), compreender os processos em que se produzem os efeitos de sentido.

Sobre isso, Figueira (2022, p. 92) salienta: é impossível estabelecer uma espécie de instrução de análise universal “[...] dada a natureza do objeto de estudo”, pois isso nos levaria a “[...] desconsiderar uma série de dimensões que, no entanto, seriam relevantes para cada investigação em particular, com suas próprias hipóteses e questões de pesquisa, também sempre singulares” (p. 92).

Ao estabelecer os fragmentos, é inevitável ao analista materializar a sua inscrição em uma determinada filiação ideológica, pois também somos interpelados por ela. É preciso, conforme orienta Pêcheux retomado por Figueira (2022), por mais parcial que seja a visão de cada pesquisador, reconhecer a possibilidade de deparar-se com resultados para além daqueles pré-determinados pelo posicionamento do analista:

Para tanto, Pêcheux nos lembra do caráter de contradição e de heterogeneidade do discurso, combatendo as falsas noções de identidade (permanente) e de homogeneidade. Assim, o sujeito-analista precisa reconhecer e aceitar que os materiais discursivos com os quais trabalha podem contradizer seus pressupostos ideológicos, indo mesmo de encontro a seus pré-construídos e seu imaginário (Figueira, 2022, p. 94).

Em nossa análise, iremos nos concentrar no *caráter material do discurso*, suas opacidades, sua heterogeneidade e os entremeios caros ao fito investigativo assumido por nós, na posição de analistas.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICA

Michel Pêcheux (1938-1983) idealizou uma teoria, a qual, de modo distinto daquilo que se conhecia até o final dos anos 1960 em relação à ciência da linguagem, impulsionou uma nova percepção para além do estruturalismo e a gramática gerativa transformacional (GGT), proposta por Noam Chomsky, que ocupavam um lugar de destaque em discussões em relação ao estudo da linguagem. Com sua pesquisa, questionou-se a negação vigente da exterioridade, como se o texto fosse uma entidade hermética. Reconheceu-se, portanto, o lugar do simbólico, dos efeitos de sentido e dos seus valores. O objeto de estudo deixou de ser a frase, trazendo à cena o discurso, haja vista que

Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata; nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, os alhures, o além e o invisível (Pêcheux, 1990, p. 8).

Para a AD, o sujeito é o resultado da relação existente entre história e ideologia, o que, nas palavras de Pêcheux, evidenciaria a “eficácia omni-histórica da ideologia”, uma vez que o analista não somente interpreta o dado concreto da linguagem, e sim busca compreender a formação de sentidos construídos no discurso. Não nos interessa simplesmente os produtos linguísticos, e sim o processo de construção do sentido.

Além disso, a teoria discursiva sobre a qual se fala foi embasada nas aproximações teóricas com o conceito de ideologia proposto por Louis Althusser, bem como nas matrizes marxistas do pensamento moderno. Segundo Sampedro (2010), o filósofo francês irá apresentar seu conceito de ideologia, num primeiro momento, de modo epistemológico, nas obras *Por Marx* (2015) e *Lire le Capital* (2014), e, posteriormente, de modo prático, no artigo “Marxismo e humanismo” e no manuscrito *Sur la reproduction* (1995).

No que se refere ao sentido prático, e ainda seguindo a leitura de Sampedro, Althusser define que a ideologia é uma instância, uma região do *todo-complexo-estruturado*, um nível do modo de produção, conjuntamente com o econômico e o jurídico-político. Posteriormente, no artigo “Marxismo e humanismo”, aponta a instância imaginária, revelando como a ideologia é parte de um todo social, logo integrante de seu funcionamento.

As sociedades humanas segregam a ideologia como o elemento e a atmosfera mesma indispensável à sua respiração, à sua vida histórica. Só uma concepção ideológica do mundo pôde imaginar sociedades sem ideologias, e admitir a ideia utópica de um mundo onde a ideologia (e não de uma de suas formas históricas) desapareceria sem deixar rastro, para ser substituída pela ciência (Althusser, 2015, p. 192).

Nem mesmo a ciência – supostamente objetiva - poderia atuar de modo “neutro”, por também funcionar a partir de uma instância ideológica. Esta atua de modo inconsciente. Não se trata de uma materialidade consciente, uma vez que as representações ideológicas são estruturas apresentadas aos sujeitos antes mesmo que haja “tomada de consciência” delas. Isso, nos termos de Althusser, engloba o dito *assujeitamento ideológico*, a *interpelação* do indivíduo em sujeito.

Diante do caráter perene da ideologia, desde antes do nascimento, a interpelação atua, processando o *sempre-já* sujeito, porque é convocado a se identificar enquanto um através das/nas relações sociais inseridas nas condições de produção da enunciação, do discurso, por exemplo: durante uma gestação, o indivíduo é nomeado, sendo-lhe interpeladas, pelo discurso, as expectativas atreladas ao que aquele nome gera de efeito dentro de uma determinada FD e, por conseguinte, FI.

Na esteira desse pensamento, a noção de FD foi desenvolvida por Haroche, Henry e Pêcheux em “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”, de 1971. De acordo com os autores, uma formação ideológica comporta uma ou várias FDs interligadas, “que determinam *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007, p. 26, grifo dos autores).

Haroche, Henry e Pêcheux (2007) esclarecem: a relação entre o dito e as suas condições de produção não é secundária, pelo contrário. Trata-se para nós, analistas materialistas de discurso, de algo “constitutivo das próprias significações” (p. 26). Posteriormente, em *Semântica e discurso* (2014), os processos discursivos serão postos sob a tutela da reprodução/transformação das relações de produção. O destaque dado à transformação aponta para uma tentativa de afastar interpretações funcionalistas do texto althusseriano a que remonta Pêcheux, no sentido de lançar luz sobre a heterogeneidade dos Aparelhos Ideológicos do Estado, o embate contraditório entre as ideologias, responsável pela não-univocidade das FDs.

Na tese *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, Courtine faz um acréscimo à definição de FD desenvolvida por Pêcheux, relacionando-a a um domínio de saber e a um princípio de aceitabilidade e de exclusão: “O domínio de saber de uma formação discursiva funciona como *um princípio de aceitabilidade discursiva* para um conjunto de formulações (determina ‘o que pode e deve ser dito’), assim como um *princípio de exclusão* (determina ‘o que não pode/não deve ser dito’)” (Courtine, 2009, p. 99, grifo do autor).

Ao considerarmos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados, isto é, a não-transparência da linguagem e a impossibilidade de que um sentido literal exista “em si mesmo”, ressaltamos que as mesmas palavras, expressões e proposições valem diferentemente de acordo com a FD em que são (re)produzidas e “mudam de sentido’ ao passar de uma *formação discursiva a outra*” (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007, p. 26, grifo dos autores).



Essa possibilidade de mudança de sentido atrela-se àquilo que chamaremos de FI. Cada sujeito encontra-se vinculado a uma determinada formação social situada em um dado momento sócio-histórico. As representações e as atitudes associadas a cada FI apontam para posições sociais em conflito, tais como: da burguesia e do operário, dos responsáveis e dos filhos, dos professores e dos alunos etc.. Nas palavras dos teóricos:

falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007, pp. 33 e 34, grifo dos autores).

Não se trata de dissociar FI de FD. Pelo contrário. Compreende-se que dentro de uma FI seria factível englobar uma ou várias FDs distintas, definindo aquilo que seria viável dizer ou não no processo de construção da significação das palavras (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007, p. 34), das formações sintáticas, da ordem enunciativa e demais variantes.

Pêcheux (2014, p. 160), ao discorrer sobre a forma-sujeito, indica: o caráter material do sentido é mascarado por seu efeito de transparência e depende do chamado “o todo complexo das formações ideológicas”; “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’”. Na verdade, como dito anteriormente, os sentidos mudam conforme o posicionamento assumido por cada sujeito.

Esse assujeitamento, num franco diálogo com a filosofia althusseriana, ratifica a interpelação do indivíduo em sujeito por meio das FDs que apontam para as FIs a que se filiam os mesmos sujeitos. Essa *tese 1*, como destaca Pêcheux, endereçaria a *tese 2*, segundo a qual “toda formação discursiva depende do ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (p. 161). O encontro de tais FDs revelaria que “algo fala, sempre, antes, em outro lugar e independentemente” (p. 162).

A ideia de que algo disse antes mesmo da enunciação atrela-se ao conceito de *pré-construído*, correspondente ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica. Uma vez assujeitados pela ideologia, os sujeitos, como um efeito de verdade, entenderam essa enunciação supostamente sob a égide da universalidade, mesmo não o sendo, pois, conforme demonstrado, se trata de uma imposição feita pela FI (Pêcheux, 2014, p. 162).

As supostas universalidades do discurso indicam o que Pêcheux denomina como *efeitos de evidência*, ou seja, a naturalização da ideologia, o completo assujeitamento do sujeito por ela. Estabelece-se uma falsa noção de que “a relação entre linguagem/pensamento/mundo fosse direta. Todavia, ao interpretar o sujeito é afetado pelo inconsciente, isto é, pela relação entre linguagem/ interpretação/ideologia o sujeito tem a ilusão de completude, de transparência de tudo que diz, significa” (Costa, 2009, p. 76).

Orienta Orlandi (1996): “diante de qualquer objeto simbólico ‘x’ somos instados a interpretar o que ‘x’ quer dizer. Nesse movimento da interpretação, aparece-nos como conteúdo já lá, como evidência, o sentido desse ‘x’” (p. 30). Debruçaremos-nos sobre esse efeito de evidência do sentido numa tentativa de estabelecer uma reflexão em torno da leitura do título da obra buarqueana e como isso implica em conceber FIs e FDs distintas atuando nesse processo discursivo.

### 3. ESSA GENTE?

Pensar Chico Buarque é uma tarefa árdua. Dentro de uma FD, pode-se entendê-lo como gênio, grande referência artística nacional; uma outra FD poderá dizer o oposto sob a pecha de “petralha”, “esquerda caviar” e “comunista”. Conhecido por ser cantor e autor das músicas de protesto, prosador contemporâneo ou “proveitador da Lei Rouanet”; Chico, por sua presença histórica, é nome recorrente no cenário brasileiro, graças à qualidade de sua arte musical e literária.

Literariamente, lançou-se ao público em 1966, com o conto *Ulisses*, publicado no Suplemento Literário do Estado de São Paulo. Posteriormente, em 1979, a novela *Fazenda modelo*. Seguido do livro-poema *Chapeuzinho amarelo*. Os primeiros romances, contudo, surgiram a partir de 1992, com *Estorvo*. Na sequência vieram: *Benjamim* (1995), *Budapeste* (2003), *Leite derramado* (2009), *O irmão alemão* (2014), *Essa gente* (2019) e, por fim, *Anos de chumbo* (2021) .

Reconhecido pelas honrarias literárias, acumula três Prêmios Jabuti – melhor romance em 1992, com *Estorvo* e de Livro do Ano tanto por *Budapeste* quanto por *Leite derramado*. Em 2019, foi-lhe concedido o Prêmio Camões, o mais representativo entre os falantes da Língua Portuguesa, pelo conjunto de sua obra<sup>1</sup>.

O preâmbulo se justifica pelo fato de, com ele, tentarmos situar o *corpus* de nossa investigação como uma obra de maturidade do autor. Não se trata de um romance primevo, e sim aquele que compõe a historiografia literária de um dos principais nomes da nossa contemporaneidade artístico-literária.

A escolha de tal *corpus* indica uma das incursões da viável relação entre análise materialista do discurso e literatura, à medida que a segunda constitui um dos campos à materialização enunciativa. Assim, por mais que o precursor da linha teórica tenha se atido principalmente ao discurso político, não nos parece impossível a aproximação a que nos propomos fazer.

Com o intuito de compreender o uso do pronome e do substantivo do modo colocado anteriormente, resgataremos uma leitura de quem seria Chico. Para tanto, evocamos novamente Orlandi (1996, p. 69), quando se propõe a construir um sentido à autoria: “para nós, a função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim”; “estabelecemos uma correlação entre

---

<sup>1</sup> É pertinente destacar que o então Presidente da República, Jair Bolsonaro, recusou-se a entregar-lhe a honraria, dadas as implicações ideológicas inerentes a esse gesto, haja vista as distintas FIs a que pertencem cada um desses sujeitos.

sujeito/autor e discurso/texto” (p. 69). Para ela, o autor “produz, no entanto, um lugar de interpretação no meio dos outros. Esta é sua particularidade. O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer” (1996, p. 70, destaque nosso)

Voltemos ao título. Chico, dentro de um determinado processo de produção do dizer, pode assumir posições sociais singulares: a uma FI, que, por nós, será chamada de progressista<sup>2</sup> – doravante FIP -, é alçado à posição de músico e literato caro à história recente brasileira. Seja pela habilidade artística, seja pela representatividade de sua obra.

Isso se comprova pela historicidade. Os prêmios, o largo conhecimento social de quem se trata, a sua presença como sujeito de pesquisa no universo acadêmico, o lugar ocupado por sua obra nos bancos escolares, tendo parte de suas produções usadas como exemplos das canções de protesto, dos movimentos artístico-literários em oposição, principalmente, ao regime militar.

A uma outra FI, ligada a uma visão de mundo reacionária – a partir de então FIR -, Chico representaria um nome a ser combatido. Sua atuação política incomoda, especialmente entre setores da classe média e alta, haja vista a aproximação com grupos políticos à esquerda do espectro político, como o PT<sup>3</sup>.

A esse respeito, salientamos que a vinculação de Chico, dentro de uma FIR, a um personagem a ser combatido pela ala conservadora reforça a teoria de que o antipetismo, intensificado pela operação Lava Jato e por setores da mídia social nacional<sup>4</sup>, está no cerne de importantes mudanças sócio-políticas brasileiras pós-manifestações de 2013. Essa observação é balizada pela investigação que veio a lume no artigo “Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015”.

É possível falar em uma radicalização do antipetismo situada em uma dupla dimensão de análise: a) imputa-se ao partido a responsabilidade por malfeitos na política brasileira em um cenário de forte crítica ao sistema político; b) Mas, no entanto, as mobilizações contra o PT assumem um viés partidário, à medida que buscam a mobilização de segmentos conservadores alinhados à oposição partidária, que ganharam força ao longo do ano de 2015 em protestos contra a Presidente Dilma Rousseff (PT) e tendo como pano de fundo o pedido de impeachment, levando a uma queda brutal dos índices de apoio ao seu governo, conforme pesquisas realizadas pelos principais institutos de opinião (SOUZA, 2016, p. 36).

<sup>2</sup> Reconhecemos quão vasto é o dito campo progressista, podendo englobar diferentes movimentos, pensamentos e bandeiras. Ainda assim, a fim de categorizar nosso objeto de análise, acreditamos, por mais heterogêneo que seja esse lugar de enunciação, ser profícua a definição de uma formação ideológica como progressista, dado o modo como se opõe a uma formação conservadora.

<sup>3</sup> Parece-nos ter sido amplificada a dimensão de tal FI a partir do impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016. A fim de ilustrar o cenário ora evocado, sugerimos um vídeo disponível na plataforma YouTube ([\(17\) Chico Buarque bate boca defendendo o PT no meio da rua, no Leblon - YouTube](#), bem como os artigos: [Mas, afinal de contas, Chico Buarque é ou não é um merda? | VEJA \(abril.com.br\)](#) e [Chico: 'O artista é odiado na Internet' \(uol.com.br\)](#).

<sup>4</sup> Sugerimos a leitura da tese de doutoramento da pesquisadora Eliara Santana Ferreira intitulada “Jornal Nacional, um ator político em cena”, na qual expõe o modo parcial com o qual o principal noticiário televisivo brasileiro fez a cobertura de eventos políticos recentes, reforçando um sentimento antipetista que culminou no terreno fértil à eleição do candidato extremista Jair Bolsonaro.

Com isso, poderíamos dizer que, em função do modo como Chico performa sua atuação político-ideológica, isto é, as manifestações de apoio público à Dilma e ao Lula, as críticas a Jair Bolsonaro e o histórico alinhamento a um grupo social de espectro progressista, existe, coletivamente, um imaginário em torno dele. A depender da FI a qual cada sujeito se encontra vinculado, divergentes FDs podem ser mobilizadas para localizá-lo na formação. Esse ponto será fulcral à reflexão destrinchada a seguir.

Quem seria a gente retomada por Chico? Não saberíamos antes de ler a obra; contudo, tendo em vista a FIP, poderíamos supor algumas leituras: à vista do modo como o seu nome é deslocado discursivamente em nossa sociedade, *essa gente* parece ser uma alusão à gente da classe média nacional. Isto é, o “cidadão de bem” supostamente desejoso de mudança política (Souza, 2016). O recorte histórico anterior é validado pelo ano de lançamento do romance, 2019.

Não estamos, com isso, afirmando ser capaz de compreender discursivamente a obra tão somente pelo título, e sim questioná-lo, tentando, por intermédio de determinadas condições de produção, antecipar, observar através da/na materialidade o efeito de sentido por ele gerado.

Por isso fomos à narrativa, com o intuito de encontrar reverberações do título. Entretanto, surpreendemo-nos pelo fato de, além da capa, a expressão ter sido usada tão somente uma única vez:

25 de janeiro de 2019

Apartamento de alto luxo na quadra da praia do Leblon, amplo salão em 3 ambientes e sol matinal, sala de jantar, lavabo, 4 suítes sendo uma master, sala íntima, copa-cozinha gourmet, área de serviço com 2 dependências de empregada, 8 vagas na garagem, R\$ 16 700 000,00.

Visto aqui do alto, o bairro não difere muito de uma favela. A barafunda de edifícios sem telhas lembra um amontoado de caixas de sapato destampadas, numa sapataria revirada em dia de liquidação. Nos seus recintos, porém, durante anos cheguei a ser feliz, casei, tive amantes, comi, bebi, joguei pôquer com amigos, frequentei escritórios, consultórios, papelarias, cabeleireiros, sapatarias e tal. Ultimamente não mais, é como se eu viesse de uma temporada fora, e na minha ausência o restaurante tivesse virado uma farmácia, a farmácia um banco, o banco uma lanchonete, e a população tivesse sido substituída por outra, que me torce o nariz como a um imigrante, um pobretão. Mal sabe *essa gente* que nos últimos anos morei na avenida mais nobre do bairro com a bela Rosane (BUARQUE, 2019, p. 20, destaque nosso).

O protagonista Duarte descreve um apartamento luxuoso onde parece habitar, haja vista o uso do advérbio aqui, sugerindo que o enunciador também fala desse lugar. Ao mesmo tempo em que a caracterização do espaço, das personagens e dos objetos reforcem a percepção pedante, há uma falha. Nas palavras dele, “o bairro [Leblon] não difere muito de uma favela”. E qual seria a semelhança? A ideia de bagunça, caos e confusão.

Diante de tal retrato, mobilizamos um pré-construído interligado a uma FIR. Favela se materializa dentro da FDR como efeito de marginalização, de degradação. Por outro lado, Leblon,

típico bairro nobre do Rio de Janeiro, nessa mesma formação, evocaria um efeito de organização, requinte e status; no dizer do personagem, porém, não seria necessariamente isso.

Esse entrelugar determina o lugar onde Duarte diz ter sido feliz: “casei, tive amantes, comi, bebi, joguei pôquer com amigos, frequentei escritórios, consultórios, papelarias, cabeleireiros, sapatarias e tal”. Isso é contrastado à medida que passa a se sentir diferente, como se tivesse ficado “uma temporada fora”, tal qual se “a população tivesse sido substituída por outra, que me torce o nariz como a um imigrante, um pobretão”.

Tendo em vista a historicidade adjacente à narrativa, ou seja, considerando as condições de produção do diário, chama-nos atenção a data: 25 de janeiro de 2019. Por que há a mudança de sensação de Duarte? O que mudou? Quem é essa gente que “torce o nariz”? É início da obra, ainda não temos as respostas, mas somos convidados a pensar o meio no qual ele se encontra.

Um dia antes, no registro de 24 de janeiro de 2019, lemos:

Ao síndico do Edifício Saint Eugene Sou a dra. Marilu Zabala, moradora do 201, e estou segura de falar pela grande maioria dos condôminos do Saint Eugene. O novo inquilino do 702 — dizem que é um escritor, mas nunca ouvi falar dele — não tem evidentemente a obrigação de cumprimentar seus vizinhos, nem mesmo de limpar a sola dos sapatos quando chega da rua enlameada. Não posso exigir civilidade de sua parte, nem jamais o repreendi por utilizar o elevador social de shorts e às vezes suado e sem camisa, o que aliás é vedado pelo nosso regimento interno. Presto esta queixa, contudo, em nome da segurança e da tranquilidade minhas e dos demais moradores. Além de esse cidadão fazer subir comidas e bebidas a altas horas da noite, tenho ouvido relatos de um intenso movimento de mulheres no seu apartamento. Já duas ou três vezes, da minha janela, tive eu mesma o desprazer de ver certas **prostitutas —perdão, a palavra é esta, pois nem sequer poderiam ser classificadas como garotas de programa, escorts ou demais eufemismos** — prostitutas saltando de um Uber para subir ao sétimo andar. São mesmo profissionais do mais baixo estrato, e não o digo por suas fisionomias, pois **sou juíza federal e não tenho preconceito de cor**, mas pela manifesta falta de compostura com que se vestem e falam palavrões aos berros ao celular. **Não duvido que em breve tenhamos orgias no 702, entrando pela madrugada, assustando as crianças, perturbando nosso sono e ecoando na rua, com óbvios prejuízos à reputação do Edifício Saint Eugene.** No aguardo de providências, Marilu (201) (BUARQUE, 2019, p. 18 – 19, grifos nossos).

Agora, compreendemos tratar-se de uma lembrança o diário do dia 25. Duarte não mais vive aquele espaço luxuoso e sim outro espaço, ainda que o estranhamento seja posto discursivamente posteriormente.

Retomo os determinantes imigrante e pobretão. Mesmo não seguindo uma linha cronológica dos acontecimentos narrados/vividos, a enunciação da “dra. Marilu Zabala” é cara ao destrinchar dos marcadores acima. Nessa formulação, é preciso questionar o que têm a ver essas duas ideias: (1) ser juíza federal e (2) não ter preconceito de cor? Por acaso, ser juiz federal torna a pessoa imune a preconceitos? O sujeito da enunciação faz uma imagem de si tão positiva que nem sequer cogita a possibilidade de ser preconceituosa? Afirmar que não tem preconceito de cor significa que pode ter outro(s) tipo(s) de preconceito (de classe, por exemplo)?

Nos termos da AD, o sujeito enunciador mobiliza um pré-construído acerca do que viria a ser um(a) juiz(a) federal, isto é, supostamente “neutro” a um discurso preconceituoso de cor. Isso, contudo, permitira-lhe outras manifestações não menos injuriosas, vide o excerto “[...] prostitutas — perdão, a palavra é esta, pois nem sequer poderiam ser classificadas como garotas de programa, escorts ou demais eufemismos —” que desempenha, para nós, concordando com Authier-Revuz (2013, p. 7), um “modo complexo de dizer, desdobrado por uma autorrepresentação opacificante”. Entendemos aí um efeito de conotação autonímica. Nesse sentido, o dizer “se representa como sendo evidente ‘por si mesmo’” (Authierrevuz, 2013, p. 9).

O sujeito, a partir das intituladas modalizações autonímicas, que configuram as retomadas reflexivas contidas no próprio dizer, “as retomadas meta-enunciativas” (p. 9), busca conter a heterogeneidade constitutiva do discurso apresentada em seu dizer.

O deslizamento presente em “garotas de programa, escorts ou demais eufemismos” atua de forma a indicar a interpelação ideológica do enunciador que, por inserir-se no lugar de “juíza federal”, busca mascarar através de eufemismos, os marcadores discursivos de sua FDR. Como não há outra palavra se não “prostitutas” para descrever as referidas garotas, o efeito de sentido desliza para “orgia”, tão inoportunas e dissonantes ao “Edifício Saint Eugene”.

De modo análogo, ganha relevância, nessa condição de produção discursiva, a escolha pelo nome Saint Eugene. Não podemos deixar de lado certo tom de galofilia<sup>5</sup> contido em tal expressão. Evocamos, em uma tentativa de elucidar essa digressão, o entendimento de Perrone-Moisés (2020, p. 42), segundo a qual, “[...] desde o fim do século XVIII, a cultura brasileira recebeu uma forte influência francesa, e que essa influência incorporou-se de tal modo à nossa cultura que ela não pode ser compreendida sem levar em conta tal incorporação”, contudo, inerente aos distintos momentos históricos da formação artística nacional, houve aqueles em que “[...] a galofilia começava a ser combatida não apenas em virtude do nacionalismo, mas também em função da escolha de outros modelos filosóficos, políticos e literários” (p. 49). Apesar de tais distensões, essa influência parece ter sido bem fundamentada, especialmente em meios aburguesados, a exemplo dos bairros destinados a uma elite – cultural, política e econômica – dominante, como o Leblon, onde não é raro encontrar prédios cujos nomes são escritos à francesa. O que poderia, então, nos dizer o nome “Saint Eugene”?

Com base no dicionário Le Robert Poche (2015, p. 645, tradução nossa), “saint” é um substantivo masculino que pode ser relacionado ao universo semântico-discursivo cristão e católico, representando “[...] pessoa que, após sua morte, torna-se objeto de um culto público em razão de sua perfeição”; essa mesma palavra também remete, de modo mais generalizado, “[...] a uma pessoa de virtude e de paciência exemplares” (p. 645, tradução nossa). Por outro lado, “Eugene” retoma o adjetivo eugenésico, o qual, conforme o dicionário Michaelis, diz do indivíduo capaz de

---

<sup>5</sup> Segundo o dicionário on-line de Língua Portuguesa Priberam, galofilia é um substantivo feminino que significa “amor à França ou aos franceses”.

gerar boa descendência. Assim sendo, o substantivo próprio “Eugene” evoca, a partir da memória discursiva, a ideia de um sujeito de “boa” origem, no uso estrito da palavra.

Desperta-nos curiosidade o efeito de sentido gerado a partir da junção de tais palavras. De um lado, a imagem religiosa que, pelo mecanismo da memória, parece repetir um outro enunciado: santidade, perfeição, irrevocabilidade. Por outro, o sujeito bem-nascido, a ponto de ter a sua condição equiparável à perfeição? Mais do que isso. Residiria, no uso de “Eugene” e, por conseguinte, na opacidade do discurso, uma analogia ao comportamento destrutivo da eugenia? Esses dois efeitos não são opostos, pelo contrário.

Ambas as acepções resvalam, em nossa leitura, no mesmo ponto: classe. Por trás do discurso pequeno-burguês de classe média brasileira personificado pelas personagens da obra, há uma violenta aproximação entre a condição de privilégio frente à desigualdade nacional, bem como a apropriação de tal posição na busca pela manutenção de privilégio, opondo-se a qualquer discurso e/ou comportamento dito progressista. Nesse viés, não se excluíam as conjunturas de ter sido bem-nascido, logo desejar reacionariamente subverter, mitigar e inviabilizar movimentos contrários a esse quadro.

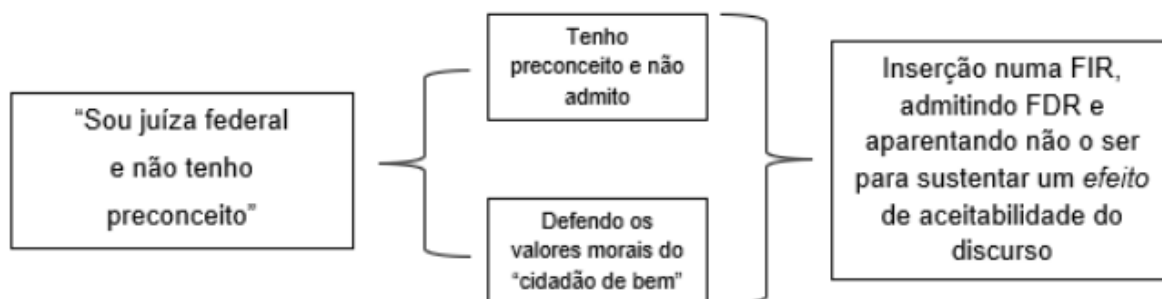
Essa materialidade discursiva potencializa, ao tentarmos responder à questão inicialmente imposta pelo corpus, a percepção de que essa gente “que me torce o nariz como a um imigrante, um pobretão” (Buarque, 2019, p. 20) reflete o reacionarismo brasileiro evidenciado a partir do momento histórico recente. O sujeito enunciator Marilu se torna, para nós, exemplo de como a FIR se articulou e ainda o faz no decorrer do processo de assujeitamento ideológico dos indivíduos. Apresentar-se como doutora, numa simples carta de condomínio, diz desse Brasil em que título e carteirada estão à espreita da próxima tentativa de encafuar o preconceito de classe, um nacionalismo xenofóbico.

Marilu, preocupada com as profissionais de “baixo estrato”, ratifica a todo momento o próprio discurso preconceituoso, por não condizer com a reputação “do nosso Saint Eugene”, o qual possui moradores, afora bem-nascidos, aversos à “[...] manifesta falta de compostura com que se vestem [as prostitutas] e falam palavrões aos berros ao celular”, o que representa essas mulheres. Denega-se essa estratégia ao afirmar dizer tais truculências “[...] não [pelas] suas fisionomias” e sim pela moral, pelos bons costumes, ou, no limite, pela aparência de. Sobre isso, é válido retomarmos Indursky quando afirma ser a denegação uma categoria relacionada

[...] com a interioridade da FD e com o modo como o sujeito com ela se relaciona [...]. Ao incidir sobre um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito do discurso mas que, mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalcado na FD, manifestando-se em seu discurso apenas através da modalidade negativa (Indursky, 2012, p. 120).

Não obstante tenha negado sua intolerância, a hostilidade presente na materialidade discursiva, pelo funcionamento da denegação, lembra, tal como um fantasma, estar ali; Marilu

afirma antes de tudo a aversão com a qual vê a sociedade para além dos muros aburguesados do edifício Saint Eugene.



Eis um retrato do cidadão brasileiro de classe média-alta. Um efeito de respeito à diferença é construído. Um efeito, apenas. Afinal, “respeita-se” muito embora sejam “profissionais do mais baixo estrato, e não o digo por suas fisionomias”. Na oração aditiva e *não o digo por suas fisionomias*, encontramos discursivamente a emergência da FDR. É ali que emerge o sujeito sempre-já interpelado, assujeitado pela ideologia reacionária que garante a essa enunciação uma presumida ideia de universalidade; enquanto, na verdade, a partir da opacidade da linguagem, materializa-se o processo ideológico adjunto a esse discurso.

É no não-dito que reside, nos termos pecheutianos, o plano mais significativo do dizer. A equivocidade da linguagem revela o modo como a ideologia assujeita o indivíduo em sujeito, transparecendo o que seria um *efeito de evidência*. A juíza acaba dizendo ainda mais do próprio reacionarismo, porque movimenta as representações simbólicas e materiais do processo discursivo atrelado à FDR e, conseqüentemente, à FIR – numa analogia ao que dizem Pêcheux et al.

[...] sob a *evidência* de que ‘eu sou realmente eu’ (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas ‘ideias’, minhas intenções e meus compromissos), há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito [...] ‘aquele que...’, isto é, X, o indicam que *se achará aí*; e isso sob diversas formas, impostas pelas ‘relações sociais jurídico-ideológicas’ (2014, p. 160, destaque dos autores).

No entorno de Duarte, há um Rio de Janeiro atravessado pela fissura social nacional de 2016 em diante e, conseqüentemente, as feridas historicamente marcadas: violência – física e simbólica -, eleição do candidato de extrema-direita no pleito de 2018, preconceito e um Leblon que anda à espreita do título de Casa Grande moderna, analogamente a tantos outros nichos geográficos às classes médias e altas destinados. Tais condições produzem FDs, pois contêm sujeitos assujeitados por uma ideologia tipicamente atravessada pelo reacionarismo.

Observando as FIs possíveis em que se insere Duarte e Marilu, sugerimos a interpretação direcionada especialmente à classe média-alta, com seus tensionamentos e rompimentos. Isso se dá, ao que nos parece, pelo cenário – Leblon –; lugar de enunciação que é construído na obra – receptor de críticas de tal classe, por parte de sua filiação político-ideológica; e o momento histórico:



primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro, notadamente averso àquilo que parece representar Duarte, o qual se sente “[...] como se [...] viesse de uma temporada fora”.

#### 4. É PLAUSÍVEL CONCLUIR?

Fazer análise de discurso, diferentemente daquilo a que se propõe a análise de conteúdo, representa deparar-se com a ruptura. Nos termos de Possenti (2004), Pêcheux, na década de 1960, buscou desempenhar uma série de mudanças de entendimento acerca da língua, de sujeito, de texto, de sentido, numa tentativa de, diferentemente de Saussure, aproximar a materialidade enunciativa do sentido por ela produzido. Para tanto, recorrerá não só à Linguística, como também à Filosofia de Althusser e à Psicanálise de Freud. Interessou-nos ao longo do artigo a compreensão de como esse dispositivo teórico aponta um olhar para além do dito, procurando nele o seu processo de formação do efeito de sentido.

A escolha pelo *corpus* literário se justifica pelo seguinte entendimento: sendo a literatura uma forma de materialização discursiva presente em nossas sociedades, também seria viável analisá-la sob a égide da AD, ampliando, inclusive, as possibilidades de mobilização do dispositivo teórico. No caso do romance *Essa gente*, propusemo-nos a identificar, por intermédio inicialmente do título, uma forma de acesso ao discurso por ele evocado, especialmente o de uma classe média cuja FIR ampliou-se, reverberando as FDRs nele inseridas.

Ainda que não tenha sido feito um aprofundamento, posto que se trata de uma questão focal, concluímos: não só o título aponta para a FIR, como ele atualiza uma cisão sócio-histórica nacional, à medida que a obra, pela opacidade da linguagem, concede-nos um retrato de como as FDR foram se articulando simbolicamente na historicidade brasileira recente.

Como alertou Rita Lee e Roberto Carvalho, “alô, alô marciano, alô/A crise tá virando zona/Cada um por si, todo mundo na lona/E lá se foi a mordomia/Tem muito rei aí pedindo alforria porquê/Tá cada vez mais down no high society”. O trocadilho *down high society* (baixa alta sociedade, tradução nossa) é, para nós, atualizado pelo próprio Chico. Ao construir Duarte, que, antes, era considerado parte dela; depois, rompido, tal qual um fruto proibido, somos convidados a reconhecer a hipocrisia *dessa gente*.

Retomo o uso do demonstrativo anafórico. De fato, o sujeito *sempre-já* esteve ali, aqui. É *essa gente* brasileira, média, mediana. Nem alta, nem baixa. Média. Não há nome, não há por que nomear. É processo, é histórico, é o Brasil produzido ontem, hoje e amanhã?

#### REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1974.

- ALTHUSSER, L. **Por Marx**. Tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas: Unicamp, 2015.
- ALTHUSSER, L. **Lire le Capital**. 3. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.
- ALTHUSSER, L. **Sur la reproduction**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.
- AUTHIER-REVUZ, J. Algumas considerações sobre modalização autonímica e discurso outro. **Letras de Hoje**, [S. l.], v. 34, n. 2, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14934>. Acesso em: 11 out. 2023.
- BASTOS, P. P. “Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia”. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, 2017.
- BUARQUE, C. **Essa gente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BORBA, F. da S.; IGNÁCIO, S. E.. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.
- CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários Escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.
- CHAGAS, I.; SOUZA, I. Escola sem Partido: entenda a polêmica. **Politize!**, 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/>. Acesso em 15 jul. 2022.
- COSTA, G. C. da. Interpretação e produção de evidência(s). **Estudos da Língua(gem)**, v. 7, n. 3, p. 75-90, 2009. DOI: 10.22481/el.v7i3.1106. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1106>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- COURTINE, J-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009.
- CUNHA, C.; LINDLEY, C. **Nova gramática do português brasileiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017. Livro eletrônico.
- EUGENÉSICO. **Michaelis**. 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=eugen%C3%A9sico>. Acesso em: 13 out. 2023.
- FERREIRA, Eliara Santana. **Jornal Nacional, um ator político em cena - Do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro: as bases da construção da narrativa jornalística que legitimou processos políticos na recente história brasileira**. 2020. 176 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- FIGUEIRA, L. F. B. A construção do *corpus* e do dispositivo de análise: questões metodológicas da teoria do discurso. In: BRITO, C. C. de P.; FIGUEIRA-BORGES, G.; FRANÇA, T. M. (org.). **Diálogos entre Análise do Discurso e Linguística Aplicada**. Campinas: Pontes Editores, 2022, p. 91-112.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GALOFILIA. **Dicionário on-line Priberam de Português**. 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/galofilia>. Acesso em: 11 out. 2023.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João, 2007. p. 13-32.

INDURSKY, F. POLÊMICA E DENEGAÇÃO: DOIS FUNCIONAMENTOS DISCURSIVOS DA NEGAÇÃO. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 117–122, 2012. DOI: 10.20396/cel.v19i0.8636829. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636829>. Acesso em: 13 out. 2023.

MROBER. **Dictionnaire de Langue Française**. Paris: Le Robert, 2015.

PÊCHEUX, M. **Delimitações, Inversões, Deslocamentos**: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 19. Campinas: Unicamp. 1990. p. 7-24.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PERRONE-MOISÉS, L. Galofilia e galofobia na cultura brasileira. **Gragoatá**, v. 6, n. 11, p. 41-59, 2 nov. 2020.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. *In*: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

### Referência musical

ALÔ alô, marciano. Intérprete: Elis Regina. Compositores: R. Lee e R. Carvalho *In*: SAUDADE do Brasil. Intérprete: Simone. Nova Iorque: WEA, 1980. 1 CD, v. 1.

## O/A(S) AUTOR(ES/AS)

### Luís Fernando Bulhões Figueira

Professor-Adjunto do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: [luisfernandobf@gmail.com](mailto:luisfernandobf@gmail.com)

### Vitor Siqueira Macieira

Professor (SEDU/ES). Mestrando em Estudos Linguísticos (PPGEL/UFES). E-mail: [vitorsmacieira@gmail.com](mailto:vitorsmacieira@gmail.com)